

continuação... da carteira de condenações "prováveis". Esse aumento era esperado devido ao aumento da carteira de operações de crédito, que vem ocorrendo nos últimos semestres. (v) Despesa de embossamento do cartão físico consignado de crédito, Cartão de Crédito Benefício INSS, novo produto liberado em dezembro de 2022.

**Nota 24. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Demonstração do cálculo do imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro.

	2º sem/22	31/dez/22	31/dez/21
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	92.514	172.181	149.624
Adições (i)	105.699	206.636	149.671
Exclusões (j)	(78.492)	(119.588)	(111.049)
<b>Base de Cálculo IRPJ e CSLL</b>	119.721	259.229	132.246
IRPJ à alíquota de 15%	(19.079)	(38.884)	(19.837)
IRPJ à alíquota de 10% Adicional	(11.960)	(25.899)	(13.201)
Dedução Incentivos Fiscais	500	835	735
CSLL à alíquota de 15%	(4.833)	(25.085)	(10.579)
CSLL à alíquota de 16%	(14.718)	(14.718)	-
CSLL à alíquota de 20%	-	-	(12.345)
Crédito Tributário	1.830	6.315	8.231
<b>IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes</b>	<b>44.254</b>	<b>74.745</b>	<b>46.629</b>

(i) Refere-se a provisões operacionais, contingências e créditos baixados como perda.

**Nota 25. Limite Operacional (Acordo de Basileia):** No balançete de 31 de dezembro de 2022, a Instituição encontra-se enquadrado nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura do ativo, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 e legislação complementar do Banco Central do Brasil. O Patrimônio de Referência da Instituição é composto pela soma do Capital Social, Reserva de Lucros e Contas de Resultado Credoras deduzido das Contas de Resultados Devedoras.

	31/dez/22	31/dez/21
(+) Capital Social:	R\$MIL 117.000	92.000
(+) Reserva de Lucros:	R\$MIL 164.575	112.091
(+) Contas de Resultado Credoras:	R\$MIL -	-
(-) Contas de Resultado Devedoras:	R\$MIL -	-
(-) Ativos Intangíveis:	R\$MIL -	(21)
(+) LF's conforme autorização do Banco Central para elegibilidade:	R\$MIL 142.785	20.778
(-) Patrimônio de Referência:	R\$MIL 424.360	224.848

O Ativo Ponderado pelo Risco Total (RWA) é composto pela soma das parcelas de Risco Operacional, Risco de Mercado e Risco de Crédito.

	R\$MIL	2.034.633	1.639.538
(+) Ativo Ponderado pelo Risco de Crédito:	R\$MIL	-	-
(+) Ativo Ponderado pelo Risco de Mercado:	R\$MIL	-	-
(+) Ativo Ponderado pelo Risco Operacional:	R\$MIL	88.436	44.618
(=) Ativo Ponderado pelo Risco Total:	R\$MIL	2.123.069	1.684.156

O Índice de Basileia é a relação entre o Patrimônio de Referência e o Ativo Ponderado pelo Risco Total.

	R\$MIL	424.360	224.848
<b>Patrimônio de Referência:</b>	R\$MIL	2.123.069	1.684.156
<b>Ativo Ponderado pelo Risco Total:</b>	R\$MIL	19,99%	13,35%

**Nota 26. Resultados Recorrentes / Não Recorrentes:** Os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período, devem ser apresentados de forma segregada. Considerado resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não houve resultados não recorrentes.

**Nota 27. Estrutura de Gerenciamento de Risco:** Os acionistas e administradores consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter a melhor Diretoria de Riscos, que tem por finalidade obter, de modo consolidado, o melhor entendimento e controle dos riscos inerentes aos seus negócios. Considerando os benefícios adquiridos por meio de uma efetiva gestão de riscos, principalmente em melhores decisões e alta performance operacional do gerenciamento de riscos. A Instituição, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais. **I. Risco de Crédito:** As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, níveis de inadimplência e taxas de retorno. Para proteger a instituição de perdas decorrentes de operações de crédito, a Instituição constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação. **II. Risco de Liquidez:** A política de gestão do risco de

liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da Instituição estejam continuamente avaliados. Estabelece parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa a mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. A Instituição capta no mercado financeiro recursos com objetivo de cumprir com os seus planos de incremento da carteira de crédito. Seguem as estratégias atuais da Administração sobre a composição de Caixa da Instituição, baseadas nas projeções do Fluxo de Caixa e dos orçamentos de resultado para o biênio 2023/2024: • Operações de Cessão de Créditos - Previamente acordadas comercialmente com as Instituições parceiras e/ou previstas em Contratos; • Captação de novas tranches de Funding através das Plataformas contratadas, onde a FACTA CFI possui linhas de crédito "em aberto"; • Captação de Funding através da colocação no mercado, que se demonstra com interesse, de DPGEII, para o qual a FACTA CFI já tem lastro garantidor registrado e disponível no FGC. Ainda, como medida contingencial, está previsto no Plano de Contingência de Liquidez, em casos necessários, a redução e/ou interrupção na concessão de novas operações de crédito. Os acionistas mantêm o compromisso de aporte de capital necessário para manutenção da operação da Companhia. **III. Risco de Mercado:** AA Instituição emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. Dentro desta linha a Instituição nomeou um diretor específico para controlar as relações desta com o mercado em geral. **IV. Risco Operacional:** A Instituição adota uma postura crítica para uma gestão de risco operacional independente, por meio da identificação e revisão dos riscos e monitoramento dos incidentes, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos, a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócio. A implantação dos processos e aprimoramento de sua operação foi realizada ao longo dos últimos anos, com a implantação de diversos controles/meios para revisão dos riscos e monitoramento dos incidentes. **Instrumentos Financeiros:** A Instituição mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade dos seus ativos. Desta forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

**Nota 28. Estrutura de Gestão de Capital:** Com objetivo de manter capital suficientemente prudente, utilizando as melhores técnicas nos processos de monitoramento e gerenciamento dos riscos, a Instituição apresenta a Estrutura de Gestão de Capital que estabelece padrões mínimos para o processo de avaliação da adequação de capital compreendendo todos os riscos relevantes que a Instituição esteja exposta. A estrutura deve, ainda, planejar de forma consistente as necessidades futuras de capital, levando em consideração simulações em condições extremas e mensuração dos respectivos impactos. Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: I - Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; II - Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e III - Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. A estrutura de gerenciamento de capital prevê: I - Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo PFE. Utilização do modelo de risco para cada cenário de estresse, verificando-se a performance da carteira, calculando-se a perda máxima sobre o capital próprio e identificando assim, o pior dos cenários construídos. Para a determinação dessa perda realiza-se uma combinação entre o risco de contraparte, o risco de mercado e o risco operacional calculado com base na metodologia do Método do Indicador Básico (BIA) fornecida pelo Banco Central do Brasil - BACEN. II - Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição. O Diretor responsável pelo Gerenciamento de Capital deve avaliar a necessidade de capital e, sempre que necessário, atuar proativamente, apresentando metas e objetivos estratégicos, com base no cenário econômico.

**Nota 29. Impactos da Invasão Russa na Ucrânia:** A invasão russa na Ucrânia, juntamente com a imposição de sanções internacionais, tem um impacto econômico generalizado. Os negócios no Brasil podem ser severamente impactados pela interrupção da cadeia de suprimentos, volatilidade do mercado, risco de pagamento e aumento

dos custos de commodities resultantes da invasão. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais de limitar ou cessar as operações na Rússia. Na presente data destas demonstrações financeiras, o contexto descrito acima não gerou impactos relevantes nas referidas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração da Companhia está avaliando os impactos, porém até a data da emissão das demonstrações financeiras não houve ajustes materiais a serem divulgados.

**Nota 30. Outros Assuntos:** Em atendimento ao ofício-circular nº 1/2023 do IBRACON a Companhia, efetuou um levantamento dos seus processos e, baseada na opinião de seus consultores legais, informa que neste momento não foram identificados casos que pudessem representar impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes de decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária ocorrida em 08/02/2023. A alteração no palamar do teto de taxa de juros nas operações de Crédito Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS, com redução e posterior elevação, não gera impacto na estrutura de negócios da Instituição, já que a margem de rentabilidade se mantém inalterada, com a redução do comissionamento pago pela origem das operações. Não há impacto no Fluxo de Caixa da Instituição pois a demanda pelo produto permaneceu a mesma e os níveis de repagamento não sofreram alterações, já que o novo palamar é muito semelhante ao anterior praticado.

demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de abril de 2023.  
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5  
Rafael Biedermann Mariante  
Contador CRC 1SP243373/O-0

Diretoria	
<b>Evaldo Francisco da Rosa</b> Diretor Presidente Contadora: <b>Cláudia Santos Bobsin - CRC RS 069.428/O-5</b>	<b>Everton Francisco da Rosa</b> Diretor Executivo

**Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Facta Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

**Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Facta Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como os correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não quantificados dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Facta Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião com ressalva:** Conforme Notas 5 e 22, a Instituição realizou durante o exercício operações de cessão de empréstimo consignado no montante de R\$ 3.494.879 mil (2021 - R\$ 1.776.634 mil), apurando resultado na venda no montante de R\$ 379.893 mil (2021 - R\$ 122.852 mil), dos quais o montante de R\$ 618.172 mil (2021 - R\$ 544.658 mil) e correspondente resultado apurado na venda, no montante de R\$ 29.587 mil (2021 - R\$ 27.814 mil) decorre de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) no qual, a Instituição possui participação como cotista subordinado júnior. Conforme art. 30 da Resolução CMN no 3.533/2008 e Carta Circular BACEN no 3.361/2008, a operação de cessão com essas características classifica-se como "cessão com retenção substancial de riscos e benefícios", porém, a Instituição classificou as operações como "cessão com transferência substancial de riscos e benefícios", efetuando o desreconhecimento de ativos objeto da transferência, deixando de constituir os passivos referentes à obrigação assumida e as receitas e despesas correspondentes. A Instituição não contabilizou e não mensurou os impactos no ativo, passivo e resultado como requerido pela regulamentação do CMN. Adicionalmente, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação a parte significativa das operações de cessão remanescentes ocorridas em 2022 no montante de R\$ 2.876.707 mil e correspondente resultado de R\$ 350.306 mil, em virtude de não termos tido acesso a totalidade dos termos de cessão e conciliações contábeis. Desta forma, não foi praticável determinar o valor dos ajustes necessários nas demonstrações financeiras da Instituição, caso as referidas evidências de auditoria e as contabilizações e mensurações tivessem sido efetuadas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das

# Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

# BAIXE O

# APP JJC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JJC:

Últimas notícias

Versão para folhear

Notificações das notícias mais importantes

DISPONÍVEL NO

DISPONÍVEL NA